

CADERNOS EDUCAÇÃO BÁSICA

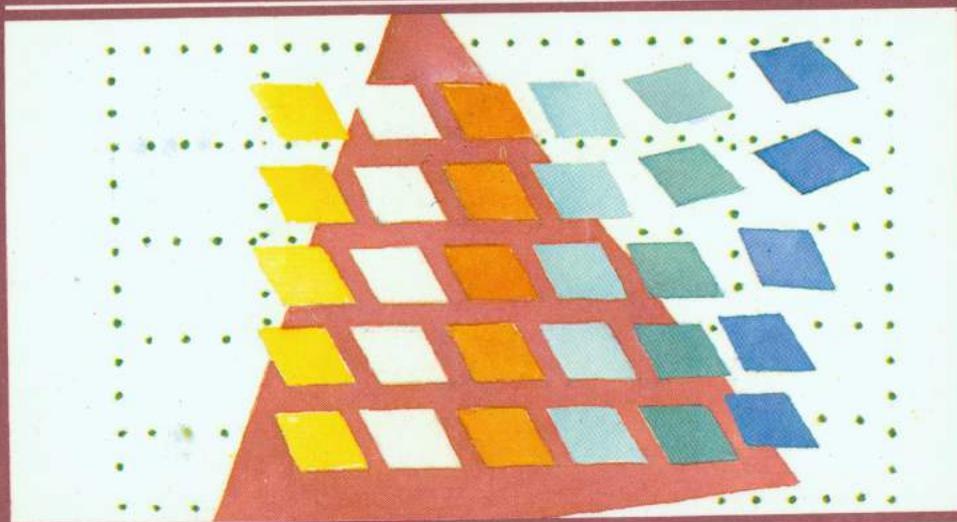
SÉRIE

Inovações

3

JOSÉ EUSTÁQUIO ROMÃO
MOACIR GADOTTI

A EDUCAÇÃO E O
MUNICÍPIO
SUA NOVA ORGANIZAÇÃO



MEC

A EDUCAÇÃO E O

MUNICÍPIO

SUA NOVA ORGANIZAÇÃO

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Itamar Augusto Cautiero Franco

MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO

Murílio de Avellar Hingel

SECRETÁRIO EXECUTIVO INTERINO

Rodolfo Joaquim Pinto da Luz

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL

Maria Aglaê de Medeiros Machado

CADERNOS EDUCAÇÃO BÁSICA

SÉRIE

Inovações

3

JOSÉ EUSTÁQUIO ROMÃO
MOACIR GADOTTI

**A EDUCAÇÃO E O
MUNICÍPIO
SUA NOVA ORGANIZAÇÃO**

COMITÊ TÉCNICO DE PUBLICAÇÕES

Célio da Cunha, José Parente Filho, Helena Maria Sandoval de Miranda,
Walter Garcia.

APOIO TÉCNICO EDITORIAL - DPE - CODEF

Nabiha Gebrim de Souza, Anna Lamberti,
Solange Maria de Fátima G. P. Castro, Maria Maura Mattos.

1993

© 1993, Ministério da Educação e do Desporto
Esta publicação foi realizada dentro do acordo MEC/UNESCO

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida, guardada pelo Sistema retrieval, transmitida ou reproduzida por qualquer outro meio, seja ele, eletrônico, mecânico, fotocópia, gravação ou outros sem prévia autorização, por escrito das editoras.

AUTORES

José Eustáquio Romão e Moacir Gadotti

ILUSTRAÇÃO CAPA

Riva Bernstein

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA

Art Laser Comunicação Visual Ltda

IMPRESSÃO

Gráfica & Editora OCB

Ficha Catalográfica

Romão, José Eutáquio

A educação e o município: sua nova organização / José Eutáquio Romão, Moacir Gadotti. — Brasília : MEC, 1993.

32p. (Série Inovação)

1. Inovação educacional. 2. Educação - município. 3. Cascavel (PR) - Colatina (ES) - Icapuí (CE) - Londrina (PR) - Maringá (PR). I Gadotti, Moacir. II. Título.

CDU: 37.013

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
INTRODUÇÃO.....	9
I - CASCAVEL E A FUNDAÇÃO EDUCACIONAL.....	11
1. Aspectos Gerais do Município.....	11
2. Situação Educacional.....	11
3. A Experiência Inovadora e Exitosa.....	13
II - COLATINA E A ADMINISTRAÇÃO UNIFICADA.....	15
1. Aspectos Gerais do Município.....	15
2. Situação Educacional.....	15
3. A Experiência Inovadora.....	17
III - LONDRINA E A <u>GESTÃO DEMOCRÁTICA</u>	20
1. Aspectos Gerais do Município.....	20
2. Situação Educacional.....	22
3. As Experiências Exitosas.....	22
IV - MARINGÁ: A ESCOLA COOPERATIVA.....	26
1. Aspectos Gerais do Município.....	26
2. Situação Educacional.....	26
3. A Experiência Cooperativa.....	26
V - ICAPUÍ: ESCOLA PARA TODOS.....	28
1. Aspectos Gerais do Município.....	28
2. Situação Educacional.....	28
3. As Experiências de Icapuí.....	28
CONCLUSÕES GERAIS.....	30
BIBLIOGRAFIA.....	32

APRESENTAÇÃO

A partir da Constituição de 1988, o Município brasileiro passou a ter mais liberdade e autonomia na formulação e execução de políticas de educação básica, condição que tem contribuído fortemente para o surgimento de inúmeras iniciativas.

O trabalho de José Eustáquio Romão da UFJF e Moacyr Gadotti da USP relata experiências importantes de inovações educacionais que estão sendo concebidas e executadas pelos sistemas municipais de educação. Estas e outras experiências procuram respostas alternativas para alguns dos problemas crônicos da educação brasileira, como repetência e evasão, valorização do magistério, relação entre a escola e a comunidade, criança fora da escola, entre outros.

Os relatos das experiências de Cascavel, Colatina, Londrina, Maringá e Icapuí mostram que, a partir de uma vontade política expressa do Município é possível introduzir inovações de indiscutível repercussão no desempenho do sistema escolar. Mostram, também, o papel decisivo que o Município começa a ter na recuperação da educação básica do País.

A Secretaria de Educação Fundamental do MEC, através da coleção Cadernos de Educação Básica, ao publicar o relato dessas experiências tem o objetivo de colocá-las ao alcance de todos os municípios brasileiros, seja para facilitar o debate em torno das inovações introduzidas, seja para divulgar dimensões novas da política educacional, seja, por último, para estimular novas iniciativas que ampliem e fortaleçam o processo de renovação educacional que está em curso no Brasil, em movimento inverso da periferia para o centro.

INTRODUÇÃO

Ninguém hoje desconhece o papel significativo desempenhado pelos municípios brasileiros na cobertura do ensino fundamental: cerca de 1/3 de toda matrícula. Ninguém desconhece também as dificuldades e as distorções que ocorrem nesse grau de escolaridade nessa rede: qualificação do pessoal do magistério, condições de trabalho e salariais, jornada de trabalho, currículos, relação escola-comunidade, etc., com sérios reflexos na eficiência e eficácia do subsistema.

Porém, não parece haver consenso quanto aos indicadores de qualidade, certamente por falta de levantamentos e pesquisas, com base em dados concretos e em análises consistentes, que permitam tirar conclusões cientificamente consolidadas.

Urge, portanto, levantar experiências bem sucedidas, com vistas a detectar variáveis resultantes de políticas inovadoras e, a partir da medida de seu impacto no rendimento escolar dos alunos, construir parâmetros, a serem verificados em pesquisas complementares mais abrangentes, de modo a identificar indicadores de qualidade, a serem colocados à disposição dos formuladores e executores de políticas educacionais no ensino fundamental.

O **objetivo geral** desse levantamento é apresentar alguns exemplos comprovados de experimentos de cobertura e eficácia de políticas municipais de ensino fundamental, isto é, experimentos de impacto positivo no rendimento escolar nesse grau de ensino, através da coleta, *in loco*, de dados sobre cobertura e aprovação, bem como de dados sobre as iniciativas tomadas como hipóteses inovadoras. Foram feitas entrevistas com formuladores e executores de políticas educacionais nos municípios escolhidos, para medir a relação que estabelecem entre as medidas inovadoras e o impacto no rendimento escolar e no desempenho dos diversos atores envolvidos no rendimento do subsistema, bem como com professores e discentes, para verificar o grau de convergência das opiniões com as dos previstos no objetivo anterior.

Com isso, pode-se medir o grau de convergência entre os dados da pesquisa de opinião com os detectados na análise dos dados coletados na realidade. Como o significado objetivo de um fato nem sempre coincide com a intenção subjetiva dos agentes e como, por mais exitosa que seja uma iniciativa, ela surtirá mais ou menos efeitos dependendo do grau de sua incorporação pelos diversos atores educacionais, cabe examinar a congruência entre os dados coletados na realidade e sua aceitação ou rejeição pelas partes intervenientes no processo.

Os dados sobre cobertura e rendimento escolar no ensino fundamental dos municípios escolhidos foram coletados a partir de relatórios fornecidos pelas Secretarias Municipais de Educação respectivas, referentes sobretudo aos quatro últimos anos (1989 -1992) e do último censo do IBGE, sobre população escolarizável nesse grau.

A tentativa de fixar os indicadores hipotéticos previamente demonstrou-se inconveniente: primeiro, porque limitaria as iniciativas a serem trabalhadas: segundo porque, em cada município escolhido, o sucesso é atribuído a indicadores diferentes. Vejamos alguns exemplos. Em Colatina, a melhoria salarial e as constantes capacitações de pessoal docente são consideradas como medidas responsáveis pelo sucesso no rendimento escolar e destacam ainda a municipalização, isto é, a coordenação unificada da Secretaria Municipal de Educação sobre toda a rede de ensino fundamental. Em Londrina, destacam-se como responsáveis pelo sucesso da política municipal de educação, as duas primeiras e o entrosamento com a comunidade. Já em Maringá, o sucesso da experiência das escolas cooperativas apontam para a variável da gestão.

Utilizando esses critérios, foram selecionados cinco municípios: Cascavel(PR), Colatina(ES), Icapuí(CE), Londrina(PR) e Maringá(PR). O relato da experiência inovadora do município segue a seguinte ordem: dados gerais do município e de sua situação educacional, análise da proposta inovadora(às vezes, com mais de uma variável), especialmente no que diz respeito ao impacto de sua aplicação na realidade educacional do município.

I

CASCADEL E A FUNDAÇÃO EDUCACIONAL

1 - Aspectos Gerais do Município

No final da segunda década deste século, nasceu o povoado de *Encruzilhada*, localizado no entroncamento de várias trilhas abertas por ervateiros e militares no município de Foz do Iguaçu. Nas décadas seguintes, já no final do *ciclo da erva-mate*, houve forte migração de colonos sulistas para a localidade, dando grande impulso à economia do lugar, com a exploração madeireira e, sobretudo, com sua substituição pelo desenvolvimento da agricultura(cereais) e pela suinocultura.

Em 1938, com o nome *Cascavel* - segundo as narrativas populares colonos acampados na região foram surpreendidos por essas serpentes - o povoado torna-se distrito, para emancipar-se, definitivamente, em 14 de dezembro de 1952, a despeito das resistências de Foz do Iguaçu, tanto por causa do nome quanto pelas pretensões emancipadoras de seus pioneiros.

No auge da atividade madeireira e das empresas colonizadoras, Cascavel emancipada torna-se uma das cidades mais importantes do Estado, a ponto de ser alcunhada *Capital do Oeste do Paraná*.

Polarizando hoje cerca de 36 municípios, Cascavel é responsável por cerca de 26% de toda a produção de grãos do Estado, além de se destacar no setor primário e terciário da economia da região, tendo diversificado sua produção agrícola, após libertar-se da monocultura da soja.

Com uma área de 2.016 km², 75 dos quais constituem o perímetro urbano, e situada 800m de altitude, Cascavel caracteriza-se por um relevo sem grandes acidentes, por um clima temperado mesotérmico e superúmido, por um latossolo roxo associado à terra roxa, o que explica a notável produtividade de sua agricultura, especialmente quando implementada por uma tecnologia avançada.

2 - Situação Educacional

Os governos municipal e estadual dividem a responsabilidade pelo sistema de ensino de Cascavel; são 190 unidades escolares, com cursos em todos os graus de ensino. Além desses, o SENAI, o SENAC, o SESC e a iniciativa privada oferecem, uma série de cursos regulares e não formais, acadêmicos e profissionalizantes.

Os quadros, a seguir, dão uma melhor idéia da situação educacional do município.

Quadro I
Número de Escolas(1991)

GRAU DE ENSINO	REDE MUNICIPAL	REDE ESTADUAL	REDE PARTICULAR	TOTAL
Pré	29	04	11	45
1º Grau	94	25	11	130
2º Grau	—	08	07	15
Superior	—	01	—	01
TOTAL	123	38	29	191

Fonte: SMEC de Cascavel

Embora com um número de escolas muito superior ao da rede estadual a municipal apresenta quase a mesma quantidade de alunos (18.510) que aquela (18.719). É que, como nas demais regiões do país, o município responsabiliza-se pela maioria das pequenas escolas espalhadas pelo meio rural.

Com 940 professores, só no Ensino Fundamental, a rede municipal de escolas de Cascavel tem uma média de 10 professores por unidade e uma média aproximada de 20 alunos por professor.

O Quadro II dá uma idéia da cobertura educacional na cidade de Cascavel, sem nele estarem computados os alunos matriculados em outros cursos não regulares.

Quadro II
Nº de Alunos Matriculados(1991)

Grau	Municipal	Estadual	Particular	Total
Pré-Escolar	1.064	192	1.400	2.656
1º Grau	18.510	18.719	5.051	42.280
2º Grau	—	6.225	1.499	7.674
Superior	—	1.750	—	1.750
Total	19.570	26.886	7.900	54.360

A cidade apresenta uma ótima situação educacional se comparada a outras cidades de mesmo porte no país, apresentando excelente cobertura, com uma rede física escolar em ótimas condições e recursos humanos qualificados, praticamente não existindo o chamado *professor leigo*. Há, no entanto, uma forte mobilização de sua população para a criação de uma Universidade, embora o atendimento no Ensino Superior seja razoável e seja mantido pelo Governo Estadual.

3 - A Experiência Inovadora e Exitosa

Não é novidade no Brasil o conhecimento sobre os obstáculos da administração pública direta, tanto pelo cipoal de leis e normas, quanto pela rigidez das estruturas hierarquizadas, que diluem as responsabilidades e tolhem a iniciativas e a criatividade do servidor. No setor educacional, a lentidão das soluções decorrente dos vícios acumulados nas operações administrativas provocam prejuízos incalculáveis. Para dar um exemplo, uma telha quebrada numa escola, para ser consertada e evitar maiores danos, gera uma infinidade de papéis e movimentações verdadeiros batalhões de servidores, elevando o custo de uma medida que poderia ser tomada pela própria escola que, se tivesse autonomia e recursos financeiros descentralizados, contrataria os serviços de um pedreiro no próprio bairro, dando uma solução imediata (e mais barata). Porém, sem uma série de requisições, papeletas, memorando, licitações, empenhos e liquidações, a telha não pode ser consertada.

As administrações municipais de Cascavel, especialmente a de 1989/92 conseguiram escapar desta armadilha, criando a **Fundação Educacional de Cascavel (FUNDEVEL)**, com a finalidade mais geral de “promover o desenvolvimento educacional e cultural do Município”, através de objetivos mais específicos, tais como:

- I promover a educação de 1º e 2º graus;
- (...);
- III criar, manter e/ou incorporar estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus;
- IV incentivar a formação, a especialização e o aperfeiçoamento de recursos humanos para diversas atividades e empreendimentos públicos e privados;
- V destinar recursos para estudos e pesquisas nos domínios da ciência e da educação”.

A FUNDEVEL é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituindo-se numa instituição de caráter “técnico-educativo-cultural e filantrópico” e com uma estrutura que incorpora no seu Conselho de Curadores a representação de entidades públicas (Prefeitura, órgãos estaduais com sede na cidade, clubes de serviço, associações de categorias profissionais e Ministério Público). O Secretário Municipal de Educação é membro nato do Conselho de Curadores e Presidente nato da Fundação,

devendo, como os demais membros indicados pela administração municipal, colocar seu cargo à disposição, por época da mudança de governo.

Por seus objetivos, estrutura, composição e funcionamento, a FUNDEVEL deu notável agilidade, produtividade e qualidade ao sistema municipal de educação, pois entre suas iniciativas pudemos constatar *in loco*:

- a) excelente manutenção da rede física escolar, com notável racionalização de recursos;
- b) freqüentes programas de capacitação de professores e demais servidores do sistema, com maior facilidade em buscar recursos humanos e técnicos fora da cidade e do Estado;
- c) aquisições de equipamentos e material de consumo para as escolas com maior racionalidade, porque realizadas com negociação direta e com pagamentos à vista;
- d) contratação de pessoal docente e administrativo nas emergências (especialmente nos interstícios entre o esgotamento das reservas de classificados em concursos públicos e realização de novos concursos).

Envolvendo as forças vivas da sociedade, numa região do país de forte tradição comunitária, a Fundação, que sobrevive de doações e de subvenções do poder público, não tem tido problemas financeiros maiores e tem sido a grande salvadora das emergências e da expansão quantitativa e qualitativa do sistema municipal de educação de Cascavel, sem falar nas constantes promoções culturais por ela planejadas, implementadas e executadas.

Durante muito tempo, as fundações de direito público foram estimuladas como instrumentos de flexibilização, agilização e captação de recursos para a administração. Nos últimos anos, e mais acirradamente no Governo Collor, estas instituições viraram os vilões das tentativas de *enxugamento da máquina pública*. Felizmente, parece que esse equívoco tende a ser superado, até mesmo porque, no caso das Universidades Federais, as agências de fomento e as fontes financiadoras de pesquisa têm estimulado a criação de fundações de apoio às Instituições de Ensino Superior públicas. No período de *caça às bruxas*, uma saída procurada foi a das fundações de direito privado, voltadas para o apoio à superação das insanidades da administração estatal.

Cascavel descobrira o caminho bem antes (já em 31 de outubro de 1986 ela sofria sua primeira alteração), criando um instrumento de atendimento a um setor cujas emergências não podem esperar a morosidade das soluções burocráticas e burocratizantes. Os reflexos dessa ação conjugada (poder público e sociedade civil irmanados numa mesma instituição) são claros na qualidade do ensino e das promoções culturais de Cascavel, hoje, sem dúvida nenhuma, uma das referências nacionais da educação municipal.

II COLATINA E A ADMINISTRAÇÃO UNIFICADA

1. Aspectos Gerais do Município

Localizada no Espírito Santo e banhada pelo rio Doce, Colatina passou a lembrar em seu nome o da esposa do primeiro governador do Estado, quando de sua emancipação em 1922. O surgimento do povoado resultou do choque dos primeiros desbravadores do país com os botocudos, uma vez que penetraram mais para o interior, contrariando as palavras de Frei Vicente do Salvador¹ que comparara os portugueses a caranguejos “que viviam arranhando as praias”.

Após ter sido um município que ocupava 1/4 da área total do Estado (10.410 km²), Colatina conta hoje com 2.197 km² e, com seus 160.000 habitantes, constitui-se em centro polarizador de todo o norte do Espírito Santo, oeste de Minas Gerais e sul da Bahia.

Ainda com uma agricultura e pecuária significativas, apresenta sinais evidentes de um desenvolvimento acelerado dos outros setores da economia, especialmente nas indústrias de confecção, de móveis e beneficiamento de carne e de leite.

2. Situação Educacional

Como todas as escolas públicas de Colatina ficaram sob a administração municipal, através da acumulação pela Secretária Municipal de Educação da chefia da Secretaria e do Subnúcleo Regional de Educação, não tem sentido separar a rede municipal da estadual. Assim, em março de 1992, o quadro da clientela estudantil das escolas públicas do município apresentava os seguintes dados:

¹ Frei Vicente de Salvador foi um dos pioneiros da Historiografia Brasileira, ao escrever a obra História do Brasil, que narra os fatos de nossa evolução entre 1500 e a data de sua redação (1827).

Quadro I
Clientela Estudantil das Escolas Públicas

Grau	Número de alunos
Creche	1.359
Pré-Escola	2.771
1º Grau	20.706
2º Grau	3.501
Total	28.337

Fonte: SMEC Colatina

Além desses, as redes públicas atendiam ainda 710 alunos em cursos supletivos, e vários outros, em cooperativas e escolas pré-profissionalizantes (cerca de 450 crianças e adolescentes). Nestas, os alunos desenvolvem, além dos estudos regulares, atividades de fabricação de picolé, costura, bordado, pintura em tecido, artefatos de madeira e criação de pequenos animais. Os produtos destas atividades são comercializados, sendo metade do resultado financeiro aplicada na cooperativa e metade repassada às crianças.

Colatina apresenta hoje um dos mais baixos índices de analfabetismo do país (menos de 15%), certamente porque a ampliação da cobertura da Educação Básica com qualidade foi permitida por vários fatores:

- a) aplicação de recursos financeiros sempre acima do mínimo estabelecido pela Constituição;
- b) racionalização na aplicação dos recursos, a partir da realização do Censo Escolar - verdadeira Carta Escolar do Município -, que passou a nortear todas prioridades a serem atacadas no setor;
- c) unificação do comando da rede pública, evitando a duplicidade de meios para os mesmos fins e as inconvenientes disputas entre as redes municipal e a estadual de educação;
- d) consistente política salarial²;
- e) intenso programa de capacitação de professores, especialistas e servidores de todas as escolas.

² Aqui os colatinenses tiveram, alguns problemas, especialmente porque os professores da rede municipal começaram a ganhar mais que os do estado. Conseqüentemente, estes, mantendo-se na mesma situação funcional (funcionários do serviço público estadual), ainda que sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação, recusavam-se, muitas vezes, ao mesmo desempenho.

3. A Experiência Inovadora

Através do termo de convênio firmado entre o Governo do Estado e o do Município (31 de janeiro de 1991), objetivando, precipuamente, “contribuir para a expansão e melhoria do ensino público (pré-escola e ensino fundamental) e propiciar a todas as crianças condições reais de acesso à escola, assim como garantir sua permanência e progressão”, a Secretaria Municipal de Educação de Colatina assumiu também a administração do Sub-Núcleo Regional de Educação (sub-circunscrição administrativa da rede estadual de ensino) e, conseqüentemente, unificou a coordenação de todas as escolas públicas desses graus situadas no município.

Pelo mesmo termo, municipalizaram-se as unidades escolares estaduais situadas na zona rural da Colatina, nelas permanecendo o pessoal docente e técnico-administrativo vinculado funcionalmente e remunerado pelo estado.

Como era de se esperar, não demoraram muito os conflitos, especialmente por causa das diferenças nas políticas de pessoal dos dois convenientes: durante toda administração municipal, por exemplo, sua remuneração foi bem superior à do Estado. Numa das visitas ao Município, pudemos presenciar uma greve do pessoal do Estado, enquanto os docentes municipais dedicavam-se a um intenso programa de capacitação. Aliás, as atividades promovidas pela Secretaria Municipal de Educação, abertas a todos os professores, acabaram por esvaziar o movimento grevista, dado o interesse dos professores estaduais em também participarem do programa.

Em muitas oportunidades, as autoridades municipais de Colatina narraram-nos as dificuldades enfrentadas: atraso nos repasses estaduais previstos no termo de convênio, assumpção de encargos que seriam da alçada do Estado, maior dificuldade de obtenção do cumprimento das obrigações respectivas pelos servidores vinculados ao Estado³, etc. Mesmo assim, em nenhum momento, negaram as vantagens da unificação administrativa, uma vez que obtiveram uma série de resultados interpretados como extremamente positivos:

- a) maior racionalidade na distribuição das matrículas e, conseqüentemente, maior cobertura, sem necessidade de grandes investimentos na ampliação da rede física;
- b) unificação de programas de capacitação docente e, como corolário

³ Registraram que, mesmo por períodos em que os vencimentos de ambos corpos docentes estavam próximos, havia sempre uma maior resistência dos estaduais, acostumados que estavam à ausência de uma fiscalização e controles mais próximos, segundo a expressão de algumas das autoridades municipais.

imediate, maior unidade nas diretrizes, planos, programas e procedimentos das escolas públicas;

- c) eliminação da duplicação de meios para fins idênticos na rede pública de educação infantil e de Ensino Fundamental;
- d) nítida melhoria nos índices da aprovação e diminuição da evasão escolar.

Evidentemente porém, todas as cobranças da população, relativamente a esses graus de ensino, passaram a recair sobre a Prefeitura, independentemente de os problemas estarem sendo gerados sob a responsabilidade do Município ou não. E, na maioria das vezes, as dificuldades eram geradas pela omissão do Estado, no sentido de não responder adequadamente aos compromissos assumidos no convênio antes mencionado. Narrou-nos o Prefeito, Dilo Binda, que o Município estava sendo muito onerado com as complementações salariais, substituição de professores e de servidores em unidades escolares municipalizadas e estaduais, solução de problemas de rede física (reparos, ampliações e até construções) e programas de apoio (merenda e transporte escolares) mantidos às expensas exclusivas do orçamento municipal.

Entretanto, como pudemos constatar no estudo do caso de Colatina, ocorreu uma verdadeira ironia: os maiores problemas foram gerados porque o Município passou a ter uma consistente política salarial e um Estatuto da Carreira do Magistério. De fato, tradicionalmente no Brasil, os docentes das redes municipais ganham menos que os da rede estadual. Poucos eram, até recentemente, os municípios que apresentavam uma política salarial mais atraente, quando comparados com os quadros de carreira dos Estados. E especificamente em Colatina, no momento em que se abrigaram as administrações educacionais públicas sob um único comando, as comparações puderam ser feitas com mais nitidez e, embora os professores da rede estadual identificassem o alvo para o qual deveriam assestar suas baterias reivindicativas (Governo do Estado), sua paralisação levava a população a reivindicar da Prefeitura uma solução. Se, por um lado, tal fusão administrativa criava dificuldades para a Administração Municipal (impotente para administrar a variável "política salarial" independente do seu controle), por outro, permitia à população maior visibilidade da responsabilidade estatal sobre a questão, independentemente da instância governamental. Conseqüentemente, permitia-lhe ainda uma maior força de intervenção, dada a proximidade e acessibilidade maior da Administração Municipal.

Além disso, as próprias categorias docente e de servidores técnico-administrativos passaram a ter também maior visibilidade da diferença de tratamento que recebiam das administrações públicas, para desempenho das mesmas funções, ao mesmo tempo que desenvolveram uma solidariedade de classe nunca antes esboçada, por pertencerem a redes diferentes. Portanto, outro ponto positivo da

experiência, certamente não antes vislumbrada pelos convenientes, foi a unificação de propósitos e a consciência de terem um mesmo grau de responsabilidade com a equidade no tratamento para com os servidores públicos, a preocupação com a qualidade do ensino, independentemente das jurisdições.

O demonstrativo da incidência de transferência, evasão, aprovação e repetência é suficiente, em si, para explicitar os avanços do ensino público em Colatina (anexo).

III

LONDRINA E A GESTÃO DEMOCRÁTICA

1. Aspectos Gerais do Município

Localizada no norte do Paraná, num planalto de altitude média de 576m, o Município de Londrina ocupa uma área de cerca de 1% do território do Estado (2.119 km²), caracterizado pelas famosas terras roxas, resultantes da decomposição de rochas basálticas, cortadas por abundantes cursos d'água.

Entre 1904 e 1908 iniciou-se processo de colonização espontânea do norte paranaense, por levas de migrantes paulistas e mineiros, que ganhou maior impulso com a criação, em Londres, da *Parana Plantations* e de sua subsidiária brasileira, a *Companhia de Terras do Norte do Paraná*. O curioso processo de oferecer terras aos trabalhadores que não as possuíam, em condições de pagamento acessíveis, propiciou a expansão da cultura cafeeira, o surgimento de núcleos urbanos e o aparecimento de pequenos e médios proprietários.

O ritmo acelerado do crescimento demográfico se deveu ao *boom* da cafeicultura brasileira (principal produto de nossa economia à época), ao *modus operandi* do processo de colonização e às condições naturais extremamente favoráveis da região. Foi assim que brasileiros oriundos do nordeste, do sudeste e do sul somaram-se aos inúmeros imigrantes, egressos da Europa Ocidental, Oriente Médio e Japão.

A evolução da população residente no Município de Londrina é bastante ilustrativa de seu desenvolvimento, conforme se pode observar no quadro a seguir:

Quadro I
Evolução demográfica

ANO	URBANA	%	RURAL	%	TOTAL
1950	34.230	47,93	37.182	52,07	71.412
1960	77.382	57,40	57.439	42,60	134.821
1970	163.528	72,69	64.573	28,31	228.101
1980	266.940	88,48	34.771	11,52	301.711
1990*	388.089	92,53	31.325	7,47	419.414

* Estimativa (IPARDES) - Fontes: IBGE

Percebe-se em Londrina Fenômeno semelhante ocorrente em outras regiões do país: a forte urbanização, com a inversão acelerada das proporções entre populações urbanas e rurais; e aí, com exacerbação do fenômeno, certamente por causa das profundas transformações ocorridas na estrutura fundiária, em decorrência da erradicação dos cafezais (geadas, mecanização agrícola, concentração fundiária e incentivo do próprio governo), expansão da pecuária e introdução da soja e do trigo nas lavouras. Por outro lado, a expansão dos setores secundário e terciário da economia (inicialmente vinculados ao setor primário: beneficiamento e distribuição), diversificando-se intensivamente, a partir da década de 1970, atraiu ainda mais as populações agrícolas, gerando a espantosa concentração demográfica de Londrina em tão pouco tempo.

A acelerada densificação populacional gerou elevada demanda por prestação de serviços públicos, hoje razoavelmente resolvidos, exceto no setor de coleta e tratamento de esgotos e no abastecimentos de água.

Embora apresente uma razoável equidade na distribuição de renda, se comparada com outras cidades brasileiras, a rápida urbanização provocou o fenômeno da "favelização" (cerca de 17 favelas, concentrando mais de 12.000 pessoas, numa cidade de porte médio!). A convivência dos dois aspectos (razoável distribuição de renda e existência de favelas), conforme se pode observar no Quadro 2, é um fenômeno típico de Londrina e, certamente resultante de um processo histórico de povoamento marcado pelos médios e pequenos empreendimentos, culminado por uma brutal mudança na estrutura fundiária, nos últimos anos.

Quadro 2
Rendimento Médio Mensal Família (1980 e 1990)

FAIXA DE RENDA (SAL. MÍN.)	Nº DE FAMÍLIAS	Nº DE FAMÍLIAS
até 1/2	1.532	2.068
+ de 1/2 a 1	4.669	6.320
+ de 1 a 2	15.304	20.713
+ de 2 a 5	26.869	36.355
+ de 5 a 10	12.016	16.262
+ de 10 a 20	6.029	8.160
+ de 20	2.986	4.042
sem rendimento	625	848
sem declaração	412	553
total	70.442	95.321

Fonte: IBGE (média de pessoas por família: 4,4)

Londrina, por sua economia diversificada, por sua infra-estrutura urbana e pela prestação de serviços, constitui-se, indubitavelmente numa das mais importantes cidades do Estado e num verdadeiro pólo regional, agravando as demandas da população expulsa do campo e dos municípios vizinhos, por serviços de saúde e de educação.

2. Situação Educacional

Observando-se o total de 176 escolas municipais, das quais 49 localizam-se na zona urbana e 127 na zona rural, sem falar nas creches, nas 35 turmas de pré-escola, nas 12 de alfabetização de adultos e nas 5 de Ensino Supletivo, pode-se dizer que Londrina apresenta uma das melhores redes escolares do país, quando comparada com outras cidades brasileiras.

Atendendo a um total de 26.898 alunos⁴, a rede municipal londrinense apresenta a particularidade de abrigar alunos do segundo segmento do 1º Grau apenas nas escolas da zona rural, o que nos obriga à conclusão de que todos seus egressos da 4ª série continuam seus estudos, na zona urbana, nas escolas das redes estadual e privada. Para um total de 4.660 alunos de 1ª à 4ª série na zona rural, são oferecidas mais de 2.200 vagas no segundo segmento (5ª à 8ª série), o que demonstra cobertura total, se imaginarmos que do primeiro número apenas uma parcela encontra-se na 4ª série. De fato, constatamos que, no mesmo ano (1992), 1.096 estavam matriculados na 4ª série e 1.031 na 5ª série do 1º Grau nas escolas da zona rural.

Os elevados índices de aprovação, os baixos índices de evasão e repetência (excetuados as altas taxas de retenção na 5ª e 6ª séries) devem-se a uma série de fatores conjugados, que serão destacados no próximo item desta parte do relatório⁵.

3. As Experiências Exitosas

Londrina apresentou no conjunto das administrações municipais de 1989/92 uma novidade: a eleição do Secretário Municipal de Educação, por voto direto dos servidores envolvidos no sistema educacional. Inicialmente, no jogo das composições e alianças, o Prefeito Municipal, ~~Antônio Belinati~~, escolheu o titular da pasta de Educação. No entanto, destacava-se na Secretaria uma equipe de educadores e técnicos, do mais alto nível, todos pertencentes ao quadro permanente do Magistério e com uma longa tradição de trabalho na rede escolar municipal.

4 Os dados são referentes ao ano de 1992.

5 Não incluímos aqui os dados sobre número de escolas, matrículas etc., das demais redes, primeiramente porque o objetivo da pesquisa era verificar o desempenho da rede municipal: e, em segundo lugar, porque as experiências exitosas de Maringá não apresentavam, em destaque, o entrosamento com aqueles.

Com a renúncia do Secretário, ~~Sr. Cleber Toffoli~~, o Chefe do Executivo Municipal abriu o cargo a um processo eleitoral, para o qual se apresentaram cinco candidatos, saindo vitoriosa a Professora Leda Lúcia Cordeiro, que dirigia anteriormente o Departamento de Educação da Secretaria

É evidente, que muitos das iniciativas e experiências tiveram continuidade, até porque, conforme frisado anteriormente, as equipes de pedagogos e técnicos do Órgão Municipal de Educação já vinham trabalhando há longo tempo na mesma Secretaria. Na realidade, antes da eleição, tais equipes já vinham trabalhando sob a coordenação firme e tecnicamente competente da futura Secretária. Assim, embora disputando com educadores de prestígio na cidade, a Professora Leda apenas confirmou sua liderança incontestada, mas, ao mesmo tempo, beneficiou-se de um fortalecimento junto à Administração e de um compromisso mais profundo de trabalho de toda a equipe, ao lado de uma espécie de atestado de aprovação ao modo como vinha conduzindo os assuntos educacionais do Município.

Dentre as ações que, no nosso modo de entender, mais colaboraram para o sucesso da Administração no setor educacional de Londrina, destacamos:

- I efetivo compromisso com a educação, por parte do Prefeito, o que pode ser comprovado com os percentuais do orçamento municipal aplicado na função (nunca menos de 30%, em média, ao ano);
- II consistente política salarial para o pessoal do magistério, conforme pudemos observar no levantamento realizado em maio de 1992 e que pode ser comprovado no quadro abaixo, resultante de um universo de 53 municípios, inclusive capitais, de 12 diferentes unidades de Federação:

Quadro 3
Demonstrativo de Salários Municipais de Docentes
(maio, 1992) - Cr\$ 1,00

MUNICÍPIO	UF	SALÁRIO INICIAL	SALÁRIO FINAL	SALÁRIO MÉDIO
Ponta Grossa	PR	303.852,00	1.011.619,20	657.735,60
Cornélio Pro.	PR	575.000,00	1.032.618,00	803.809,00
Porto Alegre	RS	441.475,76	1.069.475,10	755.475,40
Uruguaiana	RS	752.727,58	1.083.467,70	918.097,60
Itumbiara	GO	250.240,00	1.148.601,00	699.420,50

MUNICÍPIO	UF	SALÁRIO INICIAL	SALÁRIO FINAL	SALÁRIO MÉDIO
Pres. Prudente	SP	587.208,94	1.162.635,50	874.922,20
Araucária	PR	420.256,91	1.181.289,06	800.772,95
Campinas	SP	524.073,60	1.253.234,40	888.654,00
Rib. Preto	SP	649.926,25	1.440.013,81	1.044.970,00
Tab. da Serra	SP	720.378,03	1.497.612,90	1.108.995,00
P. de Caldas	MG	345.883,61	1.531.567,36	938.725,45
Londrina	PR	410.798,18	1.609.033,49	1.009.915,70
Contagem	MG	772.535,00	1.715.546,00	1.244.040,50
Limeira	SP	607.470,00	1.941.619,80	1.274.544,00
Santo André	SP	758.338,00	1.916.201,20	1.337.269,80

Fontes: Prefeituras Municipais

Observações:

- 1ª) Os salários correspondem a 20 horas semanais de trabalho.
- 2ª) Os dados se referem aos salários básicos, não sendo considerados quaisquer gratificações ou outros benefícios.
- III. Constantes capacitações de professores e demais servidores da Secretaria Municipal de Educação;
- IV. Democratização do processo pedagógico em todos os níveis.

Merecem um destaque especial a realização das “Semanas Pedagógicas”, com envolvimento de professores das demais redes de ensino e com a participação de pedagogos de renome nacional. Impressionantes também eram as “Cerimônias Cívicas”, realizadas semanalmente, com envolvimento de todos os alunos, todos os professores e servidores da Prefeitura, com participação intensa de instituições públicas (polícia, exército, corpo de bombeiros etc.) e grupos da comunidade (bandas de música, conjuntos musicais, grupos folclóricos etc.). Essas cerimônias (duas das quais tivemos oportunidade de presenciar) constituíam verdadeiros acontecimentos na cidade, envolvendo muitos milhares de pessoas. Na realidade, entendemo-las, não só como

recuperação do verdadeiros e necessário espírito de brasilidade, mas também como momentos de confraternização e de integração entre os poderes públicos e a sociedade civil. Nesses eventos as escolas públicas e particulares se encarregavam, cada dia, de coordenarem a cerimônia e mostrarem orgulhosamente o que elas tinham desenvolvido nas suas atividades curriculares e co-curriculares.

Finalmente, todo esse processo educativo, ultrapassando as fronteiras da escola e das atividades regulares de ensino, isto é, recapturando a educação em seu sentido mais amplo, certamente tem a ver com o alto índice de aprovação, pela população, da proposta governamental municipal, especialmente a do setor de Educação, capitaneada por uma Secretária escolhida pela comunidade.

Não é de surpreender, por isso mesmo, os excelentes resultados obtidos também no desenvolvimento específico regular fundamental, como se pode observar nos gráficos demonstrativos da evolução do desempenho do Sistema Municipal de Educação de Londrina, no documento de Londrina anexado a este Relatório.

IV MARINGÁ: A ESCOLA COOPERATIVA

1. Aspectos Gerais do Município

Localizada no norte do Estado do Paraná, a 400 km de Curitiba, Maringá foi fundada em 1947 como Distrito do Município de Mandaguari e passou à categoria de Município em 1951. O Censo de 1991 registrou 239.000 habitantes. É o terceiro maior município do Paraná em população e força econômica.

As atividades econômicas predominantes da região de Maringá são: agricultura (soja e trigo), pecuária (agro-indústria), comércio atacadista e varejista.

2. Situação Educacional

A rede municipal conta com 37 creches, 4 pré-escolas, 23 escolas de 1º grau, 1 escola de 2º grau e 1 escola de educação especial, com 10.301 alunos de pré, 1º e 2º graus e 6.090 crianças atendidas pelas creches.

3. A Experiência Cooperativa

O objetivo básico da proposta de Maringá é entregar a administração de cada unidade escolar à cooperativas de trabalhadores desvinculadas do poder público mas a ele prestando serviço e recebendo por produtividade. Com interesse direto nos resultados, os trabalhadores passam a se preocupar com a produtividade, o desempenho, a pontualidade, a assiduidade e o atendimento à comunidade.

Em 1991, 3 unidades começaram a funcionar experimentalmente através desse sistema e em 1992 todas as creches e as escolas da zona urbana foram transformadas em escolas cooperativas.

Essa proposta pressupõe a contratação de empresa (cooperativa), através de licitação, constituída especificamente para esse fim. Essa empresa obriga-se a cumprir uma série de requisitos, entre eles, garantir o cumprimento de princípios metodológicos ditados pela Prefeitura; garantir a criação de um Conselho de Pais e Mestres para avaliação, controle e deliberação sobre as despesas de manutenção da escola; garantir a merenda escolar para todos os alunos no padrão nutritivo estabelecido pela Prefeitura; garantir o número máximo de 35 alunos por sala de aula e a não extinção de turmas durante o ano letivo.

Em contrapartida, a Prefeitura cede o prédio da unidade escolar equipado e mobiliado, inclusive com todos os equipamentos básicos de cozinha, repassa os gêneros alimentícios para merenda, fornece um biblioteca básica e faz o pagamento por aluno matriculado.

Para estipular o valor médio pago por aluno levou-se em conta as despesas com material de expediente, limpeza, esporte, farmácia, merenda, cozinha, água, luz, gaz e manutenção da biblioteca, salários e encargos sociais do corpo docente e funcionários e uma taxa de administração de 10%. Em 1991 esse valor era de US\$ 17,32 por aluno/mês.

Segundo o Prefeito de Maringá, a proposta - que nasceu de alguns professores - objetivava enfrentar concretamente o problema do inchaço do quadro de funcionários, a fim de otimizar recursos e aumentar a eficiência da administração municipal.

A proposta foi imposta de cima para baixo, mas foi bem aceita pela comunidade. Pela proposta inicial deveria haver uma valorização do professor via aumento salarial, mas isso não ocorreu, pois a experiência foi totalmente extinguida com a nova administração municipal do início de 1993.

A relação da escola com a comunidade foi muito intensa. Durante a campanha eleitoral de 1992, os pais se mobilizaram para que a futura administração continuasse o projeto. Em 1992 a proposta gerou grande polêmica alimentada sobretudo pelas atitudes agressivas do prefeito em relação principalmente aos seus opositores do Fórum Maringaense em Defesa do Patrimônio Público que sustentava que as escolas cooperativas, de maneira como foram implantadas, marginalizaram a sociedade da participação do processo. Além disso, o Fórum alegava que a experiência era inconstitucional, pois repassava verbas públicas para entidades privadas com fins lucrativos.

O principal problemas constatado na visita e entrevistas que os autores desse relatório fizeram, refere-se a questão da autonomia financeira e administrativa. Houve muita dificuldade em se estabelecer o valor exato do custo-aluno que era reajustado mensalmente. A base de cálculo era muito imprecisa e a margem de manobra dos recursos recebidos era muito pouca.

Apesar disso a inovação conseguiu, mesmo no curto espaço de tempo de implantação, uma melhora do padrão de gestão da escola. Constatamos efetivamente que os técnicos e professores acreditavam na proposta e estavam muito motivados para o trabalho nessa nova forma de gestão. A experiência de Maringá, era uma grande esperança para pensarmos uma gestão da escola cidadã, autônoma. Poderia ter sido modificada e melhorada se a atual administração não tivesse tomado a decisão - ainda na campanha eleitoral - de extingui-la sem prévia avaliação e sem consultar os responsáveis pelas cooperativas. Poderia ter sido uma inovação que experimentasse aprofundar a relação entre escola e comunidade. A experiência das escolas cooperativas de Maringá poderia trazer uma grande contribuição prática à superação da dicotomia entre o público e o privado, um dos maiores problemas da educação brasileira.

V

ICAPUÍ:

ESCOLA PARA TODOS

1. Aspectos Gerais do Município

Emancipado em 1985 e situado no litoral do Estado do Ceará, na divisa com o Rio Grande do Norte, o Município de Icapuí tem 13.656 habitantes e dista 208 km de Fortaleza. A população do município está distribuída em 22 comunidades, sendo a sua atividade econômica principal, a pesca da lagosta. Destaque-se também a produção de côco, cajú e a agricultura de subsistência, além da extração do sal e petróleo.

2. Situação Educacional

Qualquer criança que viva no município tem hoje matrícula garantida até o término do 2º grau. Em 1992 havia 4.197 alunos matriculados - 1.500 na zona urbana e 2.697 na zona rural - na rede municipal de ensino, em 3 escolas da zona urbana e 29 na zona rural e um total de 187 professores.

3. As Experiências de Icapuí

O processo de universalização do ensino em Icapuí iniciou-se em 1985 com reuniões em todas as comunidades. Muitos problemas foram constatados: falta de escolas, falta de professores, falta de recursos humanos, físicos e financeiros e uma grande taxa de analfabetismo, que alcançava cerca de 50%.

O ano de 1986 foi iniciado com apenas 16 salas de aula e terminado com 38 salas. Em 1987 já estava em funcionamento 51 salas de aula e em 1991, 70 salas de aula. Hoje o ensino está totalmente universalizado da pré-escola ao 2º grau (cursos científico e de formação para o magistério). O município de Icapuí conta hoje com conselhos de escola em todas as escolas, eleitos em assembleia e continuam intensamente participativas.

Um dos principais problemas da evasão e da repetência era a distância entre a escola e a residência dos alunos. Os núcleos populacionais do município, 22 ao todo, estão localizados em 14 praias existentes ao longo dos 64 km de litoral. O problema da distância foi resolvido implantando-se o transporte escolar gratuito.

A principal diretriz da proposta consistia na concepção da educação como instrumento para uma organização da comunidade na luta contra as desigualdades sócio-econômicas. O envolvimento da comunidade visa à relação mais direta entre

governo e povo na democratização do ensino. A comunidade inclusive contribui com recursos adicionais, através de campanhas e mutirões para a melhoria da escola e a valorização do professor.

Além da participação popular, destaque-se a transparência na gestão dos recursos do município: um painel pintado em uma das paredes da sede do município presta contas mês a mês das receitas e despesas efetuadas por todas as secretarias, de onde vem o dinheiro da prefeitura e como é empregado pelas secretarias e câmara municipal. A prefeitura de Icapuí investiu, em 1991, em educação, cultura e desportos 27,58% do total das receitas arrecadadas.

Outro ponto é a descentralização administrativa implantada em 1991 através dos Fundos Municipais de Educação e de Saúde. Os Fundos Municipais possibilitam o repasse direto de recursos financeiros à Secretaria de Saúde Pública e Saneamento. Para Educação são destinados 25% da receita total da Prefeitura de Icapuí, à Saúde 13% e ao Saneamento 20% dos royalties do petróleo.

Hoje já é uma tradição reunir todas as comunidades para discutir a importância da escola e para definir prioridades. Para isso são utilizados os espaços da comunidade, entre eles, as igrejas, os salões paroquiais e as casas com salas de visita mais amplas.

Os professores são contratados por concurso público com a participação da comunidade. Existe um estatuto do professor e plano de cargos e salários, capacitação com reuniões quinzenais com coordenadores de cada escola, reuniões mensais com professores alfabetizadores.

O desafio de universalizar o ensino é hoje um fato em Icapuí. Todo ensino é público, gratuito e universalizado. Toda criança em idade escolar tem sua vaga assegurada. Tal conquista só foi possível graças a uma administração popular e democrática e a continuidade de uma proposta assegurada pelo controle popular sobre o governo municipal.

CONCLUSÕES GERAIS

Não é muito fácil generalizar conclusões a respeito de experiências tão diversificadas e tão genuínas, embora todas tenham enfrentado problemas tão semelhantes (evasão, repetência, falta de cobertura escolar etc.) e tenham chegado a resultados tão próximos, (permanência da criança na escola e melhoria dos índices de aproveitamento escolar).

Ainda que, felizmente hoje, face à crise por que passa o Sistema Educacional Brasileiro, haja uma preocupação generalizada com a qualidade do ensino, pela universalização do acesso e do sucesso da criança na escola, falta-nos clareza quanto aos verdadeiros indicadores de qualidade. Certamente, o levantamento, o estudo e a pesquisa dos casos de sucesso permitirão a identificação das variáveis ou desses indicadores, bem como de sua feliz combinação para cada realidade específica. Afinal, o processo de ensino-aprendizagem não se dá no ar, descontextualizado, desencarnado da realidade humana, cuja trajetória se processa em um espaço social, num tempo histórico, com todas as condicionantes e relativizações necessárias aos limites e potencialidade das comunidades em que ocorre.

De todos os casos estudados e descritos neste Relatório, ressaltam-se algumas constantes:

- 1ª) Há que se descentralizar, cada vez mais a gestão do Sistema de Ensino pois quanto mais localizada a operação, mais se ganha em eficiência, eficácia, racionalidade na aplicação dos recursos e adequação às necessidades da clientela.
- 2ª) Há que se socializar, cada vez mais, o processo decisório, pois são os próprios participantes dos serviços educativos os mais competentes para definir em que e como eles deve ser prestados, para serem úteis aos seus ideais, interesses, projeções, enfim, ao seu projeto de vida.
- 3ª) Não se trata de inventar a roda de novo, mas de resgatar procedimentos simples, alguns já testados na História da Educação Brasileira e que se perderam na amnésia de um país cujas autoridades se especializaram nas soluções de continuidade, pois se agarraram à memória de uma concepção patrimonialista do Estado, instalado entre nós desde os primórdios da colonização.
- 4ª) Não há saída fora da gestão democrática da escola; e o bom senso da maioria tem forçado a prioridade dos investimentos dos recursos humanos, tanto na sua capacitação, quanto na sua remuneração.

- 5ª) À irracionalidade da administração pública de uma lado, com todos seus corolários do desperdício, do clientelismo (outra face do patrimonialismo), da ineficácia e da ineficiência, e aos riscos do elitismo da administração privada da educação, as experiências aqui elencadas apontam, para a primeira, os remédios da competência gerencial, da transparência e, para os segundos, o caminho das soluções participativas e democráticas.
- 6ª) Mais especificamente, os casos elencados demonstraram também a viabilidade de um sistema escolar público único, sem ser uniforme, de uma escola pública voltada para os interesses, ritmos e padrões sociais da clientela a que se dirige, sem sacrifícios na qualidade do que ministra, pois não perde o horizonte de estar preparando homens para o milênio que se avizinha.

E porque, nem este Relatório nem suas conclusões gerais dão conta da riqueza de detalhes e da variedade de soluções encontradas no enfrentamento cotidiano dos problemas educacionais desses municípios, acrescentamos em anexo, documentos que, por si só, dispensam as “traduções” dos autores.

Juiz de Fora/São Paulo, junho de 1993.

José Eustáquio Romão
Moacir Gadotti.

BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, Mary B. **Education for All: What are we waiting for?** New York, Unicef, 1992.
- Revista **Escola Cooperativa**. Prefeitura Municipal de Icapuí. Junho de 1992.
- PNUD - SENE/MEC. **Encontro sobre melhoria da gestão e da qualidade da educação básica no Brasil**. Fortaleza, 7 a 10 de outubro de 1991.
- Prefeitura Municipal de Icapuí. **Universalização do Ensino em Icapuí: sistematização da experiência**. Icapuí, 1992 (31 págs).
- Prefeitura Municipal de Maringá. **Ensino Público e Gratuito com Microgestão Privada**. 1992 (33 págs).
- Prefeitura Municipal de Maringá. **Projeto de Implantação do Sistema de Microgestão Escolar Privada**. Maringá, 1991 (112 págs).
- Prefeitura do Município de Londrina. **Sistema de Educação Integral**. 1991.
- Prefeitura de Londrina. **A Educação na Rede Municipal de Londrina - Atividades Desenvolvidas - 1989-1992**. 1992.
- Associação Educacional do Oeste do Paraná (ASSOESTE). **Levantamento de Dados Sócio-Educacionais dos Municípios**. Cascavel. 1992.
- Prefeitura Municipal de Colatina. **Colatina: Uma Princesa na Terra do Sol Nascente**. 1990 (publicação bilíngüe, para divulgação).
- Prefeitura Municipal de Cascavel. **Cascavel**. 1991 (revista bilíngüe, para divulgação).
- _____. **Cascavel - Capital do Oeste**. S/d (folder bilíngüe para divulgação).
- CENPEC. **A Democratização do Ensino em 15 Municípios Brasileiros**. São Paulo, 1993.
- UNICEF. **Todos pela educação no Brasil: um desafio para dirigentes**. Brasília, 1993.

TEXTOS BÁSICOS PARA UMA REFORMA EDUCACIONAL

Com o objetivo maior de sistematizar a divulgação de textos sobre questões atuais da Educação Básica, tendo em vista disseminar conhecimentos e informações, ampliando a visão crítica e melhorando o padrão de desempenho dos profissionais que atuam nos diferentes níveis e campos educacionais, o Ministério da Educação e Desporto, através da Secretaria de Educação Fundamental, propõe a publicação de textos, contendo três séries assim discriminadas:

SÉRIE ATUALIDADES PEDAGÓGICAS — visa dar tratamento e orientações às tendências que já se manifestam em muitos estados na área educacional, propiciando às escolas uma maior e melhor atuação enquanto centros produtores de conhecimentos em questões atuais da área educacional (autonomia da escola, gestão, avaliação adequação curricular, formação e capacitação de professores etc).

SÉRIE INOVAÇÕES com a qual se pretende difundir e estimular o intercâmbio de experiências reconhecidas como avanços significativos na busca da melhoria da qualidade e da produtividade do sistema educacional.

SÉRIE INSTITUCIONAL destinada à publicação de textos oficiais com vistas à divulgação de políticas, diretrizes e demais produções de órgãos gestores nacionais e internacionais.

Ministério da Educação e do Desporto
Secretaria de Educação Fundamental
Departamento de Políticas Educacionais
Coordenação de Organização e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
Esplanada dos Ministérios Bloco L - 6º andar
Brasília, DF

*Imagine um país
onde todas as crianças
vão à escola.*

*Imagine um país
onde estas crianças aprendem e
são bem-sucedidas na escola.*

*Imagine um país
onde todos, autoridades, pais,
professores, empresários,
empenham-se em construir uma
escola pública de qualidade e
atingem seu objetivo.*

Este país...

MEC
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO

**PLANO DECENAL
DE EDUCAÇÃO
PARA TODOS**

